

O colecionador de exemplos: reflexões sobre o estatuto do exemplo a partir de Said Ali

The collector of examples: reflections on the status of the example from Said Ali

**DA COSTA, THAÍS
ARAÚJO**
araujo_thais@gmail.com

**MEDEIROS, VANISE
GOMES DE**
vanisegm@yahoo.com.br

PALAVRAS-CHAVE:
Exemplos; Said Ali;
Cândido de Figueiredo;
História das Ideias
Linguísticas;
Análise de Discurso.

KEY-WORDS:
Examples; Said Ali;
Cândido de Figueiredo;
History of Linguistic Ideas;
Discourse Analysis.

Docente de Língua Portuguesa na Universidade do Estado do Rio de Janeiro; coordenadora do Arquivos de Saberes Linguísticos¹; Procientista UERJ/Faperj

1. Faperj/APQ1 - Ref. Proc. E-26/211.851/2021.

Docente de Linguística na Universidade Federal Fluminense; coordenadora do Grupo Arquivos de Língua; pesquisadora FAPERJ²/CNPq³

2. Processo n.º 203.310/2017.

3. Processo no. 310517/2021-4.

RESUMO: Neste artigo, nos debruçamos sobre um duelo de titãs, cujo objeto de disputa é a língua e cuja arena são exemplos que dizem respeito à questão pronominal. Apoiando-nos no suporte teórico-metodológico da História das Ideias Linguísticas de perspectiva discursiva, lançamos mão ainda de categorizações propostas por Auroux (1998), Marcello-Nilzia e Petiot (1997) e Dias (2007) sobre exemplificação para refletir sobre a leitura promovida por um estudioso brasileiro, Said Ali, em *Questões de Português* (1911), resenha crítica sobre a obra *Os problemas da Colocação de pronomes* (1909), de Cândido de Figueiredo, estudioso português. Percorremos, na materialidade da exemplificação tecida a partir de obras de autores brasileiros e portugueses, alguns pontos de uma disputa pela legitimidade de dizer como a língua é, e recuperamos analiticamente tropeços, falhas, equívocos e contradições marcadas pelos gestos de leitura. Além da contribuição para estudos sobre exemplificação, nosso trabalho também contribui para a história do saber produzido sobre a língua, sobretudo no/do Brasil. Um dos resultados deste trabalho reside em expor, a partir de tal querela, como língua, conhecimento e sujeitos da ciência não estão fora da história e, portanto, da determinação ideológica.

ABSTRACT: In this article, we focus on a duel of titans, whose object of dispute is the language and whose arena are examples that concern the pronominal issue. Relying on the theoretical-methodological support of the History of Linguistic Ideas from a discursive perspective, we also make use of categorizations proposed by Auroux (1998), Marcello-Nilzia and Petiot (1997) and Dias (2007) on exemplification to reflect on the reading promoted by a Brazilian scholar, Said Ali, in *Questões de Português* (1911), a critical review of the work *Os problemas da Colocação de pronomes* (1909),

by Cândido de Figueiredo, a Portuguese scholar. We go through, in the materiality of the exemplification woven from works by Brazilian and Portuguese authors, some points of a dispute for the legitimacy of saying how the language is, and we analytically recover stumbles, failures, misunderstandings and contradictions marked by reading gestures. In addition to contributing to studies on exemplification, our work also contributes to the history of knowledge produced about the language, especially in/from Brazil. One of the results of this work lies in exposing, based on this quarrel, how language, knowledge and subjects of science are not outside of history and, therefore, of ideological determination.

...o exemplo convence mais do que a simples regra...

Said Ali (jan./1911, p. 175)

... certos textos são não somente exemplares, mas exemplaríssimos.

Said Ali (abr./1911, p. 160)

4. Publicado inicialmente na *Revista Americana* em 1911 em duas partes, apenas a primeira foi reeditada postumamente por Evanildo Bechara na década de 1970, em *Investigações filológicas*. A segunda parte somente foi acrescida cerca de 30 anos depois na terceira edição da obra, de 2006. Aqui, porém, tomamos para análise a versão de 1911.

5. Conforme Pêcheux (op. cit.), as formações imaginárias presentificam no dizer as suas condições de produção. Assim, em seus gestos de interpretação os sujeitos (locutor e interlocutor), em um mecanismo de antecipação, projetam imagens de si, do outro e do objeto do discurso. Tais imagens são determinadas pelas relações de força em jogo na formação social e constituem o que, de acordo com Orlandi (2007 [2001], p. 40), nos permite “passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições dos sujeitos no discurso”, o que implica considerar que “o lugar do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz” (ibid., p. 39).

I. MAIS UMA QUERELA NA/SOBRE LÍNGUA...

Esta é uma reflexão que se volta para uma das tantas polêmicas sobre a língua no início do século XX, no caso, envolvendo dois conceituados estudiosos da linguagem: Said Ali, brasileiro, e Cândido de Figueiredo, português. Nesse embate, se a língua é o cerne da batalha, na arena se encontra a exemplificação. É, pois, sobre exemplos na relação com a regra e com a normatividade que reside nosso trabalho ao analisarmos uma das tantas produções de Manuel Said Ali Ida, a saber: “Questões de Português”, artigo-resenha de 1911 no qual tece crítica rigorosa à obra *Os problemas da Colocação de pronomes* (1909), do português António Pereira Cândido de Figueiredo⁴.

Em nosso percurso analítico, à luz da perspectiva discursiva da História das Ideias Linguísticas, buscaremos compreender a leitura empreendida do lugar de Said Ali sobre a leitura de Cândido de Figueiredo no que concerne àquilo que tradicionalmente se nomeia como colocação pronominal. Para tanto, mobilizando o conceito de formações imaginárias (Pêcheux, 2010 [1969])⁵, refletiremos como o exemplário se faz significar na obra do brasileiro e como, para ele, significa na obra do estudioso português. Antes de adentrarmos na análise, todavia, impõe-se refletirmos acerca da categorização de exemplos.

II. SOBRE A CATEGORIZAÇÃO DE EXEMPLOS

Em trabalho anterior (Medeiros; Costa, 2023 – no prelo), refletimos sobre a historicidade da categorização de exemplos no campo da História das Ideias Linguísticas, campo segundo o qual tal categoria é um “elemento decisivo para a gramatização” (Auroux, 1992, p, 67). Para esta análise, interessam as diferentes subcategorizações do que se toma por exemplo, o seu funcionamento distinto dado o comparecimento numa gramática normativa/prescritiva ou descritiva e a sua exemplaridade.

Auroux (1998) propõe três subcategorias: contraexemplo, antiexemplo e pró-exemplo. A primeira serve para contestar posições, teses ou hipóteses. A segunda, no discurso gramatical normativo, aponta para a incorreção da língua; traça, pois, a fronteira entre o que deve e o que não deve ser dito, entre o que se considera ou não normativo, como os chamados barbarismos e solecismos. A terceira se opõe ao antiexemplo, indicando a correção, e ambos significam diferentemente a depender da prática discursiva em que se inscrevem.

Marcello-Nizia e Petiot (1997), por seu turno, colocam em cena os objetos em que comparecem os exemplos, se em gramáticas tradicionais/normativas/prescritivas ou modernas/descriptivas. E assinalam que, a depender desses objetos, os contraexemplos podem, no primeiro caso, representar usos desaconselháveis, porque errados, ou, no segundo caso, indicar frases impossíveis, porque rejeitadas por falantes. Aproximaremos aqui a ponderação de Marcello-Nizia e Petiot sobre o contraexemplo do conceito de antiexemplo tal como comparece em Auroux, ressaltando com isso a flutuação dos conceitos conforme os autores e, ainda, a heterogeneidade do seu funcionamento a depender da forma material em que se inscrevem. Consideramos que, enquanto os contraexemplos, tal como formulados por Auroux (1998), servem à argumentação, os antiexemplos trabalham as margens do que se constitui como certa língua e do que a

ultrapassa, quando relacionados ao lugar do linguista nas chamadas gramáticas modernas/descriptivas, e ainda do que seria o bem dizer, afastando da língua o mal dizer compreendido como barbarismos ou solecismos, quando relacionados ao lugar do gramático nas chamadas gramáticas tradicionais/normativas/prescritivas.

Por fim, Dias (2007) assinala três ordens concernentes à produção dos exemplos: 1. elaborados pelo gramático, 2. recortados de um corpus específico e 3. extraídos de obras de escritores canônicos. Na materialidade em análise nos deparamos com os tipos 1 e 3, por isso nos deteremos a eles.

Em gramáticas que adotam o primeiro procedimento, cabe aos exemplos sustentar e dar visibilidade ao “corpo de conhecimentos que se aglutinam em torno de uma perspectiva teórica” (ibid., p. 188). Nesse caso, esse conceito associa-se ao de exemplar no sentido de peça: trata-se de “um dentre outros exemplares da língua em que se projeta uma mesma propriedade nesse corpo de conhecimento, propriedade esta que está configurada numa regra/conceito” (ibid., loc. cit.). Já em gramáticas que adotam o terceiro procedimento, o conceito de exemplo associa-se ao de exemplar no sentido de “modelo de prestígio a ser seguido” (ibid., loc. cit.). Esse seria, segundo o autor, o procedimento adotado pelas gramáticas normativas tradicionais. Ou seja, enquanto este procedimento de exemplificação se filiaria a uma prática prescritivista sobre a/na língua associada contemporaneamente ao lugar do gramático, aquele se filiaria a uma certa prática descritivista associada, também contemporaneamente, ao lugar do linguista.

III. QUANDO OS EXEMPLOS NÃO SÃO EXEMPLARES...

“Ser autor de gramática no século XIX no Brasil é assumir a posição de um saber linguístico que não reflete meramente o saber gramatical português”, afirma Orlandi (2002, p. 157). Con-

forme a autora, distanciando-se da tradição da gramática filosófica portuguesa, nossos primeiros gramáticos⁶ promovem o deslocamento da “autoridade de dizer como é essa língua” (ibid., loc. cit.), tomada enquanto signo de nacionalidade. Dá-se, assim, início à gramatização brasileira a partir da qual, processando a historicização da língua em um tempo-espaço diferente do europeu, promove-se a constituição de um saber sobre as suas singularidades.

Essa forma de autoria, porém, ainda segundo a autora, é apagada em meados do século XX em função de dois acontecimentos: a imposição da Nomenclatura Gramatical Brasileira, por meio de decreto ministerial, em 1959, e a institucionalização/disciplinarização da chamada Linguística moderna nas universidades brasileiras, a partir da década de 1960. Tem-se, assim, a transferência da autoridade sobre o conhecimento linguístico do gramático para o linguista e, paulatinamente, a naturalização da distinção entre esses dois lugares. A este passa a caber, em seu gesto de interpretação, dizer como a língua é; àquele, como a língua *deve ser*, prescrevendo a norma e a terminologia oficial.

O artigo de Said Ali em foco, como pontuamos, foi publicado no início da segunda década do século XX – momento em que, segundo a reflexão de Orlandi, ainda não havia uma “divisão estrita entre, de um lado, estudos gramaticais exclusivamente normativos, e, de outro, estudos linguísticos, decididamente apenas descritivos e/ou explicativos” (ibid., p. 199). É nesse sentido que nos interessa refletir acerca da prática discursiva a partir da qual, na materialidade em questão, o exemplário é mobilizado.

Em “Questões de português”, Said Ali ataca a exemplificação posta a funcionar na obra do gramático português, ou melhor, ataca a leitura que Cândido de Figueiredo faz da língua; o modo como recolhe exemplos e tece conclusões sobre a língua e o que propõe como regras para colocação de pronomes. Exemplos encantam, agradam, convencem – nos avisa Said Ali

6. Orlandi (2002, p. 131) considera que o lugar de autoria do gramático brasileiro que diz sobre a língua no/do Brasil é instituído no século XIX, mais especificamente, a partir da publicação da *Grammatica portugueza*, de Júlio Ribeiro, em 1881, e isso a despeito de já haver no Brasil, antes de sua publicação, gramáticas produzidas por brasileiros. Esse é o caso, por exemplo, de Antônio da Costa Duarte, autor do *Compêndio da Grammatica Portuguesa*, de 1829, primeira gramática publicada no Brasil após a independência. Assim, por essas gramáticas ainda estarem muito identificadas à tradição portuguesa, é a gramática de Júlio Ribeiro que, segundo a autora, funciona como discurso fundador da gramática brasileira justamente por promover uma ruptura com essa tradição. De acordo com Orlandi, Júlio Ribeiro, “ao recusar a tradição estabelecida por J. S. Barbosa [arte portuguesa] e ao definir a gramática como ‘exposição metódica dos fatos da linguagem’ estabelece a ruptura que será mencionada por todos os gramáticos quando querem fundar uma filiação de gramática brasileira”. Ou seja, para Orlandi, não é no

uso da sua gramática na instituição escolar, por exemplo, que reside a importância de Júlio Ribeiro, mas no “mecanismo de citação que faz dele a referência primeira”.

7. Conforme Auroux (1991, p. 81 [tradução nossa]): “Uma norma pode ser vista como uma prescrição ou regra, ou seja, um tipo de proposição reconhecível na medida em que geralmente pode ser parafraseada por uma frase introduzida por *dever*” – *Deve-se dizer... Não se deve dizer.*

no primeiro excerto em epígrafe –, mas não somente. Uma de suas funções é iluminar regras. Estas a depender da prática discursiva e do quadro teórico a partir dos quais são (re)produzidas também apresentam funcionamentos distintos. Podem, conforme Auroux (2009 [1992], p. 68), quando filiadas ao lugar da Gramática Tradicional, “ser encaradas como prescrições (diga...; não diga... diz-se...) que não possuem nenhum valor de verdade”, havendo aí uma sobreposição entre os sentidos de regra, norma e prescrição⁷, ou, quando filiadas ao lugar da Linguística Moderna, “como descrições (na língua L..., é enunciado correto; eles dizem...)”. Assim é que, para Auroux (1991, p. 81 [tradução nossa]), “o prescritivo ou o normativo se opõe ao descritivo ou constatativo”.

Há, pois, entre regra e exemplo e entre exemplo e exemplaridade uma relação pressuposta que sustenta, como vimos, o exemplo como exemplar – seja enquanto modelo a ser seguido para atendimento à regra prescrita, seja enquanto peça de um conjunto de enunciados que atestam a pertinência da regra descrita (cf. Dias, 2007) – e desliza, no caso dos estudos sobre linguagem, para representação do objeto-língua. Ora, Said Ali investe, como dito, sobre exemplos de Cândido de Figueiredo denunciando que não cumprem tal função: “Os exemplos apresentados nada esclarecem; embaraçam, antes, o leitor. Cães, vigas, florestas, Lamentores, mulheres e pecados... não há meio de nos capacitarmos da sua influencia sôbre a collocação dos pronomes.” (ALli jan/1911, p. 180) – afirma o brasileiro ao refutar a tese do português de que “varias palavras, em virtude de sua significação, se identificam com a matéria e a fôrça no sentido physico, e assim obrigariam o minúsculo pronome complemento a procurar a sua vizinhança” (ibid., p. 178).

Os exemplos de Figueiredo, em lugar de lançar luz, atordoam; é o que nos mostra Said Ali em resposta à regra por ele proposta. Seus exemplos não servem às regras tampouco para

formular regras – nos fala Said Ali acerca do que Figueiredo propõe sobre os pronomes serem atraídos por numerais:

Outra observação viciosa é a que se refere aos numerais. Suppõe o autor do nosso livro que elles atraíhem normalmente os pronomes atonos. Não poucos exemplos parecem favoráveis á regra formulada; mas como surgissem três outros a contradizê-la, não houve dúvida em os classificar de “algumas poucas, formas anormaes, que deixam prevalecer a regra. (Ali, jan/1911, p. 180).

Embora não compareçam, segundo Said Ali, na obra do estudioso português, poucos exemplos que confirmem as regras prescritas, há também exemplos que as contradizem e que são interpretados por Figueiredo como “formas anormais” que, por serem pouco numerosas, “deixam prevalecer a regra”. Dois pontos aí nos chamam atenção: 1. o deslize, na argumentação do português, entre *norma* e *normal* que faz com que aquilo que fuja à regra normativa seja significado como *anormal*; e 2. a relação tecida, na argumentação do brasileiro, entre regra e quantidade que se faz recorrente ao longo de todo o artigo: para que seja regra é preciso que se constate regularidade na língua e, para tanto, é necessário haver quantidade relevante de exemplos.

Quanto a isso, é interessante observar que, segundo Marcello-Nizia e Petiot (1977), a quantidade, assim como o posicionamento dos exemplos, também é uma característica em que gramáticas tradicionais pedagógicas e manuais linguísticos ou gramáticas modernas diferem. Enquanto naquelas é comum comparecer apenas um ou até cinco exemplos após a regra, nestes o número de exemplos, frequentemente situados antes da regra, tende a ser mais elevado. Essa distinção é atribuída ao objetivo desses compêndios: mostrar a universalidade da regra prescrita, no primeiro caso, e obter maior exatidão da regra descrita, prevendo um maior número de realizações e restrições, no segundo caso. Os exemplos aqui servem, então, como pon-

to de partida para a elaboração de uma regra (dado elaborado) que suscitará novos exemplos, possibilitando a passagem de uma estrutura a outras.

Assim, referentemente ao primeiro ponto, interessa-nos pensar em que medida isso que Figueiredo designa como “formas anormais” pode ser compreendido (ou não) como o que em Aurox comparece como exceção e ainda, pensando a relação com os exemplos recortados para confirmar a regra (pró-exemplos), em que medida pode ser tomado como antiexemplo ou contraexemplo. Já no tocante ao segundo ponto, é nosso objetivo compreender como quantidade, posicionamento e relação estabelecida entre exemplo e regra significam o lugar em que Said Ali se inscreve ao dizer sobre a língua e o lugar em que, em seu gesto de leitura, Figueiredo é inscrito.

IV. A FALTA NO EXCESSO

Projetando-se como um “complemento às gramáticas portuguesas”, o livro de Figueiredo despertaria interesse, visto que, consoante Said Ali, “O saber colocar bem os pronomes ainda continua a ser aspiração suprema de muitos dos que precisam de exprimir-se em nossa língua ou procurar defeitos na linguagem dos outros” (Ali, jan/1911, p. 175). Significada como um obstáculo ao bem exprimir-se em “nossa” língua ou como sintoma de “defeito” na linguagem alheia, a questão da colocação pronominal coloca em cena de imediato três divisões, a saber: (i) entre língua e linguagem, (ii) entre exprimir-se bem e exprimir-se mal, (iii) entre nós e os outros. Dessa maneira, cabe perguntar: de quem se fala quando se fala “nossa língua” e “linguagem dos outros”?; o que é significado como exprimir-se bem e exprimir-se mal, linguagem defeituosa e linguagem não defeituosa?; como os diferentes modos de dizer a língua e os sujeitos que a esses modos se identificam são significados em Said Ali e, a partir de sua leitura, em Figueiredo?

Como anunciado, é na exemplificação que se trava a disputa pela legitimidade de dizer como a língua é. Figueiredo (1909), em nota no livro supracitado, ironicamente agradece a Said Ali por não o ter citado em *Dificuldades da Língua Portuguesa* (1908) quando, ao tratar da questão pronominal, com ele concordava, mas apenas quando dele discordava⁸. Já Said Ali, no artigo em análise, afirma que, apesar de confessar ter lido seu livro, Figueiredo “ignora (...) a sua incontestável argumentação”, afirmando que “em Gonçalves Dias só se enxergam exemplos impecáveis e à portuguesa” (jan/1911, p. 175). Gonçalves Dias, escritor brasileiro, para Figueiredo, escreveria, em matéria de colocação pronominal, como os portugueses escrevem. Já para Ali tal descrição é equivocada porque o estudioso português apenas “menciona alguns [exemplos] que lhe servem, mas passa em silêncio outros, que não lhe convêm”. (ibid., loc. cit.).

8. Diz Figueiredo (1909, p. 57 [itálico do autor]) no corpo do texto: “Um desses factos, que eu ainda não vi registados mas que tenho observado e me parecem incontestáveis, é que a disposição de membros de uma frase ou de um período pode variar, consoante a *intenção* e a *entoação* de quem fala”. E depois em nota: “Escrevia eu isto em 1906, no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro. Dois anos depois, em 1908, publicou-se no Brasil um livrinho, em que um professor, o Sr. Said Ali, já se refere à influência da *pronúncia da pausa natural*, na colocação dos pronomes. Em alguma coisa o autor havia de me dar razão, embora não me citasse. Citou-me, porém, noutras passagens do seu livro, para discordar de mim. Obrigado” (ibid., loc. cit., nota 1 [itálico do autor]). Essa nota é integralmente citada por Said Ali na segunda parte do seu artigo numa espécie de apêndice em que é trazida a historicidade das suas reflexões sobre a colocação pronominal, assinalando como marco inaugural da reflexão à luz da fonética a publicação de um artigo de sua autoria em 1895 na Revista Brasileira que foi, posteriormente, incorporado à primeira edição do livro *Dificuldades da Língua Portuguesa* (1908). A partir disso, Figueiredo é acusado de tentar calar o passado ao omitir passagens de autores citados em seu livro sobre colocação pronominal – como Júlio Ribeiro – que fazem alusão aos estudos saidalinos e ao exigir o que Said Ali coloca como “coisa difficilima”, a saber: “Reconhecemos antecipadamente como fonte de conhecimentos aquillo que alguém vae dizer dez annos depois de publicado um estudo nosso é humanamente impossivel. Mimosearmos a alguém por arrogar a si a originalidade de uma doutrina que julgamos pertencer-nos a nós, parece demasiado sacrificio. / Dous investigadores, desconhecendo um ao outro e seguindo caminhos differentes, podem chegar a resultados idênticos. Mas no caso do Sr. Cândido de Figueiredo foi tão tardio o encontro, que é licito nutrir fortes suspeitas a seu respeito” (Ali, abr./1911, p. 167). Na conclusão dessa seção de três páginas, Said Ali afirma: “Vê-se, portanto, que, quanto á observação de pag. 52 do livro *O Problema*, manda a probidade que restitua o Sr. Figueiredo o seu a seu dono; e a gloriola avocada á pag. 56, essa devia apagar-se quando tantos elementos se conspiravam para convencer o mesmo Sr. Figueiredo do seu engano” (ibid., p. 168).

Há, pois, mais uma divisão que aí se faz significar em função do recorte feito dos exemplos, qual seja, (iv) a que diz respeito aos modos como dizem os brasileiros e os portugueses.

No que concerne especificamente à mobilização do exemplário em Figueiredo, lemos, em Ali, que:

A exemplo de certos colecionadores de curiosidades, que muito se preocupam com o enriquecimento de seus museus, mas pouco entendem do valor histórico ou artístico de cada um dos objectos, o autor do *Problema* deixa-se deslumbrar em demasia pêle materialíssima questão de numero. Somma promiscuamente textos lusitanos e brasileiros, seiscentistas e modernos, e, obtida assim qualquer maioria em favor de certa collocação de pronome, passa a considerar a minoria como construcção anormal. (ibid., p. 176)

Da sequência, depreende-se um sentido de falta de metodologia que se impõe à leitura de Said Ali sobre o gesto de descrição empreendido por Figueiredo. O português deslumbra-se com a quantidade, mas em seu gesto falta critério espacial e temporal, já que “somma promiscuamente textos brasileiros e lusitanos, seiscentistas e modernos”. E, ainda que seja significado como um colecionador de exemplos, também lhe falta um critério quantitativo para recorte, agrupamento e análise do exemplário, pois, “obtida assim qualquer maioria em favor de certa colocação de pronome, passa a considerar a minoria como construcção anormal” ou, ainda, como pontuamos, apenas por conveniência, lança luz sobre alguns casos, ao passo que silencia outros. Assim, esse sentido de falta que se impõe à leitura que Ali faz da leitura de Figueiredo sobre o funcionamento linguístico implica a deslegitimação do dizer do português, visto que, do lugar de que fala o brasileiro, o seu trabalho fica “grandemente diminuído pêle falta de tino e paciência para perscrutar devidamente os textos apurados e as condições em que aparecem” (ibid., p. 175).

V. EXEMPLO SE COMBATE COM...

Exemplos. Segundo Said Ali, são vários os exemplos de que Figueiredo lança mão nas 366 páginas do seu livro. Vários também, contudo, são os que comparecem no artigo de Ali para refutar as teses do português. Uma de nossas inquietações nas leituras que fazemos de gramáticas ou de outros instrumentos linguísticos que servem à gramatização tem recaído sobre o funcionamento dos exemplos: como funcionam? Até que ponto neles se encontram ou não contraexemplos ou antiexemplos? Na materialidade em foco, diremos que, no jogo argumentativo tecido, lemos indicações várias de equívocos do pensador português – equívocos no que tange a casos indicados como de anormalidade, seja pela falta de problematização, como ironicamente denuncia Ali ao comentar a já aludida regra de Figueiredo de atração dos numerais:

A linguagem lacônica e categórica com que os três casos são deitados á margem dá a entender que nem valia a pena de citá-los. Não passam, ao que parece, de três incorrecções ou lapsos respigados, sabe Deus com que dificuldade, em três bons escriptores. (ibid., p.180)

seja pelo modo como Figueiredo interpreta, segundo Ali, os exemplos em relação à metáfora da chamada atração pronominal:

Ora, é perfeitamente inexacto o que pensa o auctor do « O Problema ». Deitou-o a perder ainda desta vez a preocupação de descobrir nos vocábulos certa força mysteriosa. É o inconveniente de tomar muito ao pé da letra o sentido das metaphoras, e o Sr. Candido de Figueiredo leva á quinta essência, como sabemos, a accepção literal disso a que, convencionalmente e por commodidade, se chamou a attracção dos pronomes atonos.

No tentamen de organizar uma lista de tudo quanto possuísse a aptidão de chamar a si as formas pronominaes obliquas, o auctor concentrou as suas vistas no primeiro termo, ou, melhor, nas primeiras palavras da oração, anteriores ao verbo, e esqueceu-se justamente do proprio verbo, o qual no fim de contas é, ao menos na linguagem hodierna, elemento tão formidável que não deixa o pronome afastar-se para longe, quer na enclise, quer na proclise. (ibid., p. 180-181)

Note-se aqui que, nos casos de anormalidade, esta é posta pelo português como da ordem da incorreção ou do lapso. Não são exceções à regra geral normativamente aceitas, mas três casos excepcionais, três desvios que não constituem a norma, o imaginário de correção, ainda que compareçam em três bons escritores. Note-se ainda que, na leitura que Ali faz de Figueiredo, ser normal ou anormal não se coloca como uma característica inerente a uma dada forma. Noutras palavras, a sua significação como normal ou anormal é determinada pelo modo como o gramático (re)produz dizeres já-ditos e em circulação no discurso gramatical nas condições de produção em questão. Há um efeito de pré-construído sobre o que se tem por “atração dos pronomes átonos” que se faz significar, diferentemente, em ambos.

O efeito de pré-construído designa, conforme Pêcheux, a partir de P. Henry, aquilo que remete a uma construção anterior, exterior (Pêcheux, 1988 [1975], p. 137). Com isso, Pêcheux ressalta o papel do “processo significante” no processo de interpelação-identificação ideológica do sujeito. O que está, conforme o autor (ibid., loc. cit.), em “jogo é a identidade de um sujeito, de uma coisa ou de um acontecimento”, e não um significado literal e pressuposto das palavras.

No caso em análise, o que está em jogo é o que se toma por “atração do pronome átono” e, portanto, a identidade daquele que se identifica a determinados sentidos e não a outros. Assim é que Figueiredo, em seu gesto de interpretação, busca organizar uma lista de palavras e expressões que poderiam exercer tal força sobre o pronome, focando nos termos que iniciam a oração, antecedendo o verbo. Esse modo de olhar o fenômeno gramatical é, todavia, para Ali, “perfeitamente inexacto” e até místico, porque busca depreender nos vocábulos “certa força misteriosa”. Para o brasileiro, o equívoco do português consiste no fato de ter tomado uma metáfora “ao pé da letra”, isto é, aquilo que só “convencionalmente e por comodidade, se chamou a atracção dos pronomes atonos”. Tal equívoco é o que promove, a seu ver, o esquecimen-

to do verbo: ou seja, para Ali, é o verbo que metaforicamente exerce o poder de atração sobre os pronomes, de tal sorte que estes, independentemente de estarem enclíticos ou proclíticos, dele não se afasta⁹.

Indo adiante, Ali volta-se sobre um dos literatos citados por Figueiredo e, identificando-se parcialmente à tese do estudioso português, salienta o que anteriormente nos referimos como uma falta de critério quantitativo para recorte do exemplário e, em seguida, debruça-se sobre os exemplos citados e não citados por ele, buscando compreender o que leva o literato a empregar ora a ênclise ora a próclise, como pode ser lido na sequência:

É certo que, achando-se no primeiro termo um numeral, tem cabimento, em muitas proposições, a proclise; mas não são nem erros, nem anomalias, nem raridades as passagens em que bons escriptores se serviram da collocação contraria. Na linguagem de Herculano respigou o Sr. Cândido de Figueiredo um só exemplo rebelde á tal regra de attracção; mas é exactamente no mesmíssimo Herculano que os podia encontrar com fartura: *os dous contendores esquecem-se de tudo quanto os rodeia* (Eur. 100); *os dous exércitos conservaram-se em distancia um do outro* (ib. 96); *os dous cavalleiros acommetteram-se com toda a fúria de rancor entranhavel* (ib. 103); *os doze guerreiros seguiram-no machinalmente* (ib. 183); *os outros oito imitaram-no* (ib. 249). Bem perto do exemplo um dos cavalleiros afastou-se (Eur. 208), consignado pêlo Sr. Cândido de Figueiredo como cousa rara, estavam outros dois, e admira que estes lhe pudessem escapar: *as duas decanias afastaram-se para os lados* (Eur. 209); *os três fugitivos encaminharam-se para o lado do campo* (ib. 205). Nas *Lendas e Narrativas* occorrem, entre outros, os seguintes: *os dous cavalleiros ergueram-se* (I, 70); *os dous campeadores voltaram-se* (I, 100); *os dous cavalleiros seguiram-lhe a pista* (II, 71); *os dous contendores viram-se* (II, 91); *os dous amavam-se como loucos* (II, 146); *uma fritada de... três ovos (um botou-se fora, porque estava goro)* (II, 234). (Ali, jan./1911, p. 181)

Confrontando os exemplos com outros em que a collocação dos pronomes é diferente, e examinando de cada vez o contexto, encontraremos a causa que determinou o nosso escriptor a preferir ora uma, ora outra collocação. Tomemos estas passagens: *duas frechas lhes sibilaram então por cima das cabeças* (Eur. 210); *Três vultos montados se dirigiram para alli* (ib. 208); *uma scena horrorosa se passava* (ib. 218, citado por C. F.); *um punhal enterrado na garganta até o punho lhe cerrara para sempre os lábios* (ib. 208). Em qualquer destes casos o sujeito é emphatico. Annuncia-se uma cousa nova e inesperada para o

9. Mais adiante, na segunda parte do artigo, ao se comentar o emprego do pronome átono com infinitivo antecedido por preposição, esse equívoco de Figueiredo volta a ser tematizado: “Labora em deplorável equívoco o Sr. Cândido de Figueiredo suppondo existir nas preposições, como em outras palavras, uma fôrça magnética, a tal ponto poderosa que exerceria a sua acção á distancia, indirectamente, saltando por cima de outros vocábulos ou atravessando-os” (Ali, abr./1911, p. 157-158). E ainda: “Sobrepondo á metaphora já admittida o sentido proprio, physico e technico, da palavra ‘attrahir’, foi o auctor do *O Problema* arrastado a generalizações impossíveis. O equívoco perturbou o olhar do colleccionador paciente e impediu-o de ver em seus textos as cousas que realmente exprimem” (ibid., p. 159).

leitor. A idéia encerrada no sujeito sobrepuja, em importância, a do verbo ou do complemento. Ora, um sujeito emphatico realça-se por meio da entoação. Nos exemplos citados o auctor fêz sobresair a pronuncia de acôrdo com a lei do contraste, pondo um vocábulo atono logo em seguida ao sujeito.

Circumstancias bem diferentes dictaram os trechos em que Herculano colloca o pronome atono depois do verbo. Ahi, o sujeito não é emphatico. Não vem surprehender o leitor. Basta o artigo em *os dous contendores, os dous cavalleiros duas decanias*, para mostrar que já anteriormente se fizera menção desses sujeitos. Semelhantemente, em um dos cavalleiros entende-se que é *um dos cavalleiros* de que já se falou. Estando em plano secundário o sujeito por encerrar idéa já conhecida, a novidade que o auctor communica acha-se na predicação, no verbo ou no complemento, ou num e noutro. E se alguma cousa ha a realçar só poderia ser a predicação. É isto o que explica a collocação em: *os dous amavam-se como loucos; os dous cavalleiros acommetteram-se com toda a furia; os dous guerreiros seguiram-no machinalmente.* (ibid., p. 182)

Nessa longa sequênciã, embora compareçam sentidos que materializam a concordância parcial de Ali com Figueiredo (“É certo que, achando-se no primeiro termo um numeral, tem cabimento, em muitas proposições, a próclise”), o operador discursivo *mas* reúne em um enunciado subjetividades e, portanto, saberes contraditórios, promovendo deslizamento de uma posição-sujeito a outra (Indursky, 1997) que se sobrepõe à anterior. Assim, enquanto Figueiredo recorta de Alexandre Herculano (1810-1877) apenas um exemplo que contraria a regra formulada, Ali encontra sete na mesma obra (*Eurico, o presbítero*) – afirmando estarem dois deles inclusive próximos ao que fora recortado por Figueiredo, o que, mais uma vez, coloca em evidência a sua falta de método – e mais seis numa outra obra do mesmo autor, totalizando treze ocorrências que corroborariam, dessa maneira, a tese do brasileiro de que o pronome proclítico ao verbo em sintagmas nominais com numerais, em posição acessória ou em posição nuclear, “não são nem erros, nem anomalias, nem raridades”.

Não satisfeito em comprovar quantitativamente a regularidade da próclise ao lado da ênclise, Ali, investindo na apreensão do que teria levado o literato português a empregar ora uma colocação ora outra, propõe uma descrição distinta a partir da consideração de critérios pragmáticos e morfossintáticos. Em seu gesto, chama-nos atenção, com Orlandi (2022, p. 154), a consideração do funcionamento da exterioridade e das condições de produção do dizer para pensar “o sentido na linguagem”.

Na materialidade aqui em análise, a exterioridade e as condições de produção se presentificam, de certo modo, na reflexão de Said Ali como “contexto”, “autor” e “leitor”: é preciso examinar o contexto em que comparece cada exemplo para que se chegue às causas do que levou o autor (sujeito do dizer) a “escolher” uma colocação e não a outra. É nesse sentido que, deslocando o olhar do numeral para o artigo, Said Ali formula que, anunciando uma coisa nova e inesperada para o leitor, o que se materializa nos exemplos por meio do artigo indefinido, “o auctor fêz sobressair a pronuncia de acôrdo com a lei do contraste, pondo um vocábulo atono logo em seguida ao sujeito”, ou seja, empregando a próclise para lhe conferir maior ênfase. Já, quando há o emprego da ênclise, conforme Ali, o sujeito, por encerrar ideia já conhecida, o que se materializa por meio do emprego do artigo definido, não é enfático e, portanto, não surpreende o leitor, o que o leva a concluir que “se alguma cousa ha a realçar só poderia ser a predicação”. Com isso, Ali convoca para sua reflexão algo que é muito caro para nós, analistas de discurso: a historicidade dos sujeitos e dos sentidos.

VI. COSTURANDO ALGUNS FIOS

Como podemos perceber, um mesmo exemplo pode apresentar funcionamentos distintos em Figueiredo e Said Ali.

Em seu gesto interpretativo, Figueiredo, lançando luz sobre o que coloca como a atração exercida pelo numeral sobre o pronome átono, elenca o que Auroux (1998) designou como pró-exemplos, para confirmar a regra formulada, e antiexemplos, para significar formas anormais, (exemplos de) incorreções ou lapsos dos escritores.

Em Ali, de certo modo considerando-se o funcionamento linguístico na sua relação indissociável com o funcionamento discursivo, o que em Figueiredo comparece como pró-exemplos e antiexemplos são tomados como pró-exemplos – uma vez que comprovam a regra apresentada de que tanto a ênclise quanto a próclise são regulares – e, ao mesmo tempo, ao lado de outros exemplos, como contraexemplos – uma vez que, dada a regularidade de ambas as colocações em um autor consagrado, refutam a tese de Figueiredo quanto à atração exercida por numerais sobre os pronomes.

Essa discrepância discursiva tocante ao modo de significar um mesmo enunciado-exemplar e de diante dele se significar é recorrente no comentário de Ali sobre o livro de Figueiredo, comparecendo, por exemplo, na descrição-interpretação da colocação pronominal em construções com o advérbio de negação *não*, como lemos em:

Normal, regular e corrente é, na opinião do Sr. Cândido de Figueiredo, o dizer-se e escrever-se: *O que se não diz – Porque me não falas? – Quando te não vejo – É para se não esquecer* – e, assim por diante, anteponto sempre o pronome à negativa *não*. As mesmas frases com a collocação contrária são “anormaes, excepcionais ou irregulares”. (Ali, jan./1911, p. 183)

É nesse ponto que se faz significar a falta do que anteriormente formulamos como critério espacial e temporal ou, noutros termos, é aí que, ao lado da historicidade dos sujeitos e dos sentidos, faz-se significar também, no gesto de interpretação do brasileiro, a historicidade da língua:

O assumpto era digno de estudo serio; nesse capitulo, porém, partiu-se de um presupposto assás discutível, e no argumentar e nas conclusões falhou o necessário discernimento. Que se tente rehabilitar uma forma algo esquecida ou desprezada, nos modernos tempos — mais, talvez, no Brasil do que em Portugal—; que se reclame para ella a mesma circulação que tem ou vae tendo a forma contraria, comprehende-se perfeitamente. Tentativas destas se fazem e se fizeram muitas vezes, embora nem sempre o exito lhes dê razão. Mas insinuar que não se diga o que realmente está em voga em muito boa linguagem literaria, parece-me um grave absurdo. A tamanho exaggêro se deixou arrastar o Sr. Cândido de Figueiredo pêlo decidido amor que vota á posposição de *não* ao pronome em todos os casos semelhantes aos exemplos supracitados. Vejamos bem. No seu livro acoima de anormaes, excepçionaes ou irregulares as formas pêlas quaes elle, individualmente, sente repugnância ou desprazer. Ora, haverá ahi alguém que em boa consciência affirme que só excepcionalmente tenha ouvido ou lido: *E isto o que não se diz — Quando não te vejo?* Estará efectivamente convencido de que isto não é linguagem corrente? Estará seguro de ter lido ou ouvido com mais frequência, com mais regularidade *Quando te não vejo — O que se não escreve — Porque nos não disseste a verdade?* Ou não lhe soarão antes estas ultimas linguagens como cousa já hoje um tanto estranha, anormal ou excepcional? (ibid., p. 184)

Inscribe-se acima, como em todo o artigo focalizado, uma disputa pelo objeto do dizer, pelo objeto-língua. Do lugar de que fala Said Ali, o estudo de Figueiredo a respeito da colocação pronominal diante do advérbio *não* não é “sério”, porque, além de partir de um “presupposto assás discutível”, em sua argumentação e nas conclusões “falhou o necessário discernimento”. Isso porque, mais do que uma tentativa de “rehabilitar uma forma algo esquecida ou desprezada, nos modernos tempos – mais, talvez, no Brasil do que em Portugal –”, qual seja, a posposição do *não* ao pronome, ou de reclamar “para ella a mesma circulação que tem ou vae tendo a forma contraria”, isto é, a posposição do pronome ao *não*, a proposta de Figueiredo representa, para Ali, um “grave absurdo” por “insinuar que não se diga o que realmente está em voga em muito boa linguagem literária”. Dessa maneira, faz-se importante assinalar que, na argumentação saidalina, o que se opõe é um posicionamento individual (portanto, não científico), exagerado, a partir do qual, por amor a uma dada forma, outra é proscrita, e aquilo que realmente comparece na “linguagem corrente” e na “muito boa linguagem literária”. Nessa

oposição, outras formas se fazem significar, situando a língua no espaço-tempo. Assim, enquanto a posposição do pronome ao *não* é filiada ao espaço enunciativo brasileiro no tempo moderno (no início do século XX), a posposição do *não* ao pronome filia-se ao espaço enunciativo português em um tempo outro, passado.

Uma última observação acerca da sequência acima: discursivamente, a argumentação, como ensina Orlandi (2007 [1992], p. 39), é o processo histórico por meio do qual as posições dos sujeitos se constituem no dizer, projetando imagens de si (efeito-autor), do outro (efeito-leitor) e do objeto. Essa projeção imaginária se dá a partir do mecanismo de antecipação, que dirige o processo de argumentação e permite que o sujeito enunciador, ao se significar/ser significado como autor, se coloque “no lugar em que o seu interlocutor ‘ouve’ suas palavras”, antecipando-se quanto aos efeitos de sentido que nele podem produzir. Assim é que, na sequência em análise, algumas estruturas inscrevem esse outro interlocutor, convocando-lhe a tomar uma dada posição frente ao objeto-língua, tais como: “Ø Vejamos bem” (sujeito desinencial de 1ª. pessoa do plural), “Ora, haverá ahi alguém que em boa consciência affirme que só excepcionalmente tenha ouvido ou lido: *E isto o que não se diz — Quando não te vejo?*” (pronome indefinido acompanhado de dêitico e pergunta); “Ø EstaráØ efectivamente convencido de que isto não é linguagem corrente?” (sujeito desinencial de 3ª pessoa, retomando “alguém aí” e pergunta); Ou não lhe soarão antes estas ultimas linguagens como cousa já hoje um tanto estranha, anormal ou excepcional?” (pronome oblíquo de 3ª pessoa retomando “alguém aí” e pergunta).

Como se nota, esse outro interlocutor de Said Ali não é Figueiredo, como se poderia supor. Figueiredo é um outro de quem se fala, e não com quem se fala. Ou melhor, seu dizer sobre a língua é tomado como objeto a ser deslegitimado para que um outro dizer legitimamente se instaure para o outro interlocutor-leitor de Said Ali. É esse outro que é convocado, ao

identificar-se ao efeito-leitor projetado, a ouvir a língua, a observá-la e a se posicionar sobre ela. Espera-se que essa tomada de posição, contudo, não seja qualquer, já que, na argumentação tecida no fio do discurso, prevê-se a inclusão desse outro em um *nós* não determinado e, posteriormente, reformulado como “alguém aí” que compartilha sentidos com o enunciador, com ele identificando-se. Nesse jogo de antecipação, o que é pró-exemplo e antiexemplo em Figueiredo muda de estatuto, é ressignificado no dizer saidalino, passando a figurar, respectivamente, como antiexemplo e pró-exemplo/contraexemplo. No quadro abaixo, sintetizamos a análise depreendida.

Regra	Exemplos (objeto-língua)	Cândido de Figueiredo (objeto = discurso sobre a língua)	Said Ali (efeito-autor)/ “nós”, “alguém aí” (efeito-leitor/ mecanismo de antecipação)
Posposição do <i>não</i> ao pronome	<i>O que se não diz/escreve Porque me/nos não falas/disseste a verdade? Quando te não vejo E para se não esquecer</i>	Normal Regular Corrente (= pró-exemplos)	Estranha Anormal Excepcional Forma esquecida ou desprezada nos modernos tempos, mais no Brasil do que em Portugal (= antiexemplos)
Posposição do pronome ao <i>não</i>	<i>O que não se diz Porque não me falas? Quando não te vejo E para não se esquecer</i>	Anormais Excepcionais Irregulares (= antiexemplos)	Muito boa linguagem literária Linguagem corrente Frequente Regular [nos modernos tempos, mais no Brasil do que em Portugal] (=pró-exemplos /contraexemplos)

Quadro 1 - Exemplos de colocação pronominal com NÃO – Figueiredo X Ali

Fonte - Elaboração autoral

Dando continuidade à sua leitura, outro efeito de falha salta aos olhos de Ali: a contradição entre o que se afirma no início do capítulo sobre a colocação do pronome ao lado do advérbio *não* e as conclusões a que o estudioso português chega ao final. Conforme Ali, Figueiredo inicia o capítulo afirmando que “ha divergência na practica corrente, e ha divergência na practica dos mestres” (Figueiredo apud Ali, jan/1911, p. 184), afirmação com a qual concorda e a qual se dedica a comprovar:

Castilho dava a precedencia ao pronome; Herculano, ao contrario, preferia collocar primeiro a negativa. Dos 22 exemplos que encontrei em todo o *Eurico*, apenas seis têm a construcção *lhes não, se não*, etc. No *Monge de Cister*, a mesma collocação ocorre 23 vezes, mas o typo contrario *não lhes, não se* apparece nada menos de 57 vezes.

Machado de Assis, a julgar pêla obra *Braz Cubas*, citada pêlo Sr. Cândido de Figueiredo, só o posso qualificar de eclecticico. Os poucos exemplos respigados pêlo auctor do « O Problema » fazem é verdade pender a balança fortemente num sentido; mas no exame minucioso a que submetti o *Braz Cubas* verifiquei que os exemplos se distribuam assim: 59,75% com precedencia de pronome e 40,25% com precedencia da negativa. Ou pouco mais de metade num sentido, pouco menos de metade no outro.

Muito instructivo é o seguinte confronto entre Herculano e Camillo. Dous dos volumes do *Monasticon* dão-nos um total de 70 casos. Em um romance de Camillo, *Estreitas Funestas* (obra consultada por Cândido de Figueiredo), verifiquei um total de 68 casos. Temos, portanto, approximadamente o mesmo numero num e noutro escriptor. Pois bem ; pêla anteposição da negativa ao pronome decidiu-se Herculano 45 vezes (cerca de 65%) e pêla construcção inversa apenas 25 vezes (cêrca de 18%). Camillo, muito ao contrario, recorreu á segunda forma 56 vezes (cêrca de 82%) e só 12 vezes (cêrca de 18%) preferiu a outra. Não pode haver maior desacordo entre escriptores, e escriptores conspicios e muito respeitáveis. Ora, se os mestres divergem e a practica corrente não é uniforme, o que era natural se aconselhasse aos estudantes seria o emprêgo tanto de uma como de outra forma. Não é caso de preceituar severamente, de propor o curso forçado de uma e a supressão ou quasi supressão da outra. [...]

As conclusões finais do capítulo, terminantes, categóricas, em dissonância com a these do começo, da qual parecia transpirar um espirito mais indulgente, foram determinadas pêla illusão funesta dos algarismos. E esta illusão nasceu de uma estatística feita pêlo Sr. Cândido de Figueiredo, trabalho interessante, mas pouco metucioso, em que figuram como parcelas da mesma especie textos respigados em épocas diferentes e em auctores cujas tendências não são as mesmas. (Ali, Jan./1911, p. 184-185)

Como pontuamos, na argumentação saidalina, exemplo se combate com exemplo, sendo mais eficaz o golpe, quanto maior a quantidade de exemplos apresentados; afinal, quantidade também indicaria constância, regularidade na língua. Não somente isso. Porque também os algarismos podem iludir, é preciso critério e método para colher exemplares nas obras dos grandes autores e analisá-los. Assim é que, debruçando-se sobre os mesmos literatos e obras a que Figueiredo recorrera, Ali, em um movimento inicial, lança mão do critério estatístico para comprovar a divergência entre os portugueses António Feliciano de Castilho (1800-1875) e Alexandre Herculano e entre este e Camillo Ferreira Botelho Castelo Branco (1825-1890) e a quase paridade de emprego em *Braz Cubas*, do brasileiro Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908). Disso conclui que, se há divergência entre os mestres e se não há uniformidade na prática corrente, deve o gramático aconselhar as duas estruturas, e não, como faz Figueiredo, prescrever uma em detrimento da outra. Note-se que também Figueiredo lança mão do argumento estatístico, porém, sendo seu trabalhado significado como pouco metucioso por ser tendencioso no recorte e comparar textos e escritores de diferentes épocas e tendências estilísticas distintas, entende-se que o resultado da sua análise quantitativa é falho. Em seu caso, os algarismos, longe de funcionarem como provas, causam, como diz Ali, uma “ilusão funesta”¹⁰.

Como indicamos, na leitura que Ali faz de Figueiredo impõe-se um efeito de falta de método para recorte, organização e análise do exemplário. Dessa maneira, ressalta a ausência de critério para formação dos corpora: os exemplos são extraídos principalmente de autores seiscentistas ou dos séculos XVIII e XIX com propensão estilística arcaizante ao lado de exemplos extraídos de autores modernos (século XIX e XX) e situados em espaços de enunciação distintos (Brasil e Portugal).

10. Na segunda parte, Said Ali recorre novamente ao método estatístico para deslegitimar o posicionamento de Figueiredo: “É para evitar esta serie de destemperos e contradições resultantes da contagem pura em que nada mais se enxerga do que algarismos e nada mais se sabe do que sommar e subtrahir; é para não condemnar peremptoriamente casos em minoria, mas em circumstancias especiaes, é para não ensinar, em summa, a errar, a corrigir o que está certo, que o espirito critico intervém ou tem de intervir, se o methodo estatístico se applica com o intuito de obter resultados, não enganadores, mas verdadeiros e rigorosos” (Ali, Abr./1911, p. 156).

Esse efeito de falta ao longo da argumentação se desdobra, como vimos, em outros: de equívoco, de falha e também de contradição. É o que observamos no que concerne à leitura de Ali sobre a reflexão de Figueiredo sobre os chamados autores modernos. Há um efeito de contradição que se faz significar entre as teses sustentadas por Figueiredo – a de que, por um lado, há divergência na prática dos mestres e a de que, por outro, há preferência entre os autores modernos pela anteposição do pronome ao *não* – e também entre a segunda tese e a “prática” observada em determinados escritores modernos, como, por exemplo, Alexandre Herculano. É, pois, diante dessas constatações, que Ali vai assinalar a necessidade de se realizar uma estatística em separado para esse grupo de escritores.

PALAVRAS FINAIS

Muito ainda se poderia dizer a respeito da leitura que Said Ali faz da obra de Figueiredo, a quem acusa de ser “coleccionador de exemplos”, ao mesmo tempo em que, ao longo das 32 páginas da sua minuciosa crítica, vai também se constituindo enquanto tal. Isso porque esse efeito de contradição que se impõe à leitura saidalina se faz igualmente significar, por exemplo, no que respeita às teses do português sobre a “prática” de escritores brasileiros. Interessante também seria refletir acerca do deslocamento proposto por Ali em relação à chamada colocação pronominal, ao considerar como determinante de tais empregos, não apenas aspectos sintáticos, mas também estilísticos, pragmáticos, fonéticos, prosódicos, eufônicos etc.

A continuidade desta investigação, entretanto, terá de ficar para uma outra oportunidade. Por ora, contentamo-nos em assinalar que o que está em jogo na disputa pelo objeto do dizer, pelo objeto-língua, toca a questão da descrição e da normatividade – uma normatividade que põe em evidência um certo dizer *sobre* a língua, o lugar desse dizer e o dizer *a/na* língua. Toca

ainda a questão do rigor metodológico e, portanto, do que se toma, nas condições de produção em questão, como prática científica em estudos da linguagem. É nesse sentido que, num movimento de refutação das teses de Figueiredo, Ali identifica-se não a uma prática normativista/prescritivista, associada contemporaneamente ao lugar do gramático tradicional, mas a uma prática descritivista, filiada, também contemporaneamente, ao lugar do linguista. É sintoma desse movimento o funcionamento dos exemplos em seu artigo, não como modelo de bem dizer, mas, conforme visto, como peça de um conjunto de enunciados que atestam a pertinência da regra descrita.

Por fim, salientemos que as regras descritas/prescritas não são imanentes aos exemplos como se poderia supor. Diferentemente disso, o que nossa análise possibilitou observar é que, quando se fala de línguas e de conhecimento metalinguístico, fala-se necessariamente de gestos de interpretação determinados sócio-historicamente. Língua, conhecimento e sujeitos da ciência não estão fora da história e, portanto, da determinação ideológica – daí propor Orlandi (2002, p. 10) a articulação necessária e indissociável entre a “história da língua e [a] do saber produzido sobre ela”.

ARTIGO RECEBIDO A
05/05/2023
ARTIGO APROVADO A
21/07/2023

REFERÊNCIAS

- Ali, M. S. (1911). Questões de português. *Revista Americana*, V (I), 175-189 (primeira parte).
- _____(1911). Questões de português. *Revista Americana*, VI (I), 152-168 (segunda parte).
- Auroux, S. (2009). *A revolução tecnológica da gramatização* (2ª ed). Editora da Unicamp.
- _____(1998). *La raison, le langage et les norms*. Presses Universitaires de France (1ª ed).
- _____(1991). Lois, normes et règles. *Histoire Épistémologie Langage*, 13 (1), 77-107.
- Dias, L. F. (2007). Gramática e política de língua: institucionalização do lingüístico e constituição de evidências lingüísticas. In: E. Orlandi. (Org.), *Política lingüística no Brasil* (pp. 183-200). Pontes Editores.
- Figueiredo, C. (1909). *O problema da Colocação de Pronomes*. Livraria Clássica Editora A. M. Teixeira & C.a (Filhos).
- Indursky, F. (1997). *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Editora da Unicamp.
- Marcello-Nizia, C. & Petiot, G. (1977). Les exemples dans le discours grammatical. *Langages*, 11 (45), 84-111.
- Medeiros, V. & Costa, T. de A. (2023 [no prelo]). Exemplos: categorizações e procedimentos. In: V. C. Medeiros, & Costa, T. de A., *Conceitos em movimento*, Autografia.
- Orlandi, E. P. (2022). Gramática e discurso: pensamentos latentes e expressões de situação. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, 25 (49), 152-167.
- _____(2002). *Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das ideias no Brasil*. Cortez editora.
- _____(2007). *Análise de Discurso - princípios e procedimentos* (7ª ed). Pontes.
- Pêcheux, M. (1988). *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Editora da Unicamp.
- _____(2010). Análise automática do discurso (AAD-69). In: F. Gadet, & T. HAK (Orgs.), *Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux* (pp. 61-161). Editora da Unicamp.

